

ANÁLISE DO IMPACTO DO BOLSA FAMÍLIA NAS RELAÇÕES DE TRABALHO NO SERTÃO DE CRATEÚS.

Autor: Caio Paiva Fernandes **Co-autores:** Barbara Neres Carvalho; Israel Pereira de Quadro; Jamila Gomes Camelo; **Orientador:** Zilfran Varela Fontenele

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE, caio_fernandes2013@hotmail.com. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE, barbaraneres@hotmail.com. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE, israelquadro@gmail.com. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE, jamilacamel@gmail.com. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE, zilfran.fontenele@ifce.edu.br.

RESUMO - As políticas de distribuição de renda através de programas sociais no Brasil, se intensificaram no início do século XXI, com destaque para o Bolsa Família e uma reestruturação da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS). A meta governamental, nos dois governos de Luís Inácio Lula da Silva (2003 – 2011) através do Bolsa Família, era o de aperfeiçoar e expandir o modelo de programas sociais iniciado no segundo governo de Fernando Henrique Cardoso (1999 - 2003), garantindo o acesso de mais famílias carentes a esses programas. A prioridade de Lula era levar o Bolsa Família e seus benefícios a mais de treze milhões de famílias que se encontravam em situação de miséria extrema, evidenciando o foco do referido governo em promover a efetiva redução da imensa desigualdade social e econômica historicamente presentes na realidade brasileira, promovendo melhoria nas condições de vida e incentivando o ingresso e permanência de crianças e jovens de baixa renda na educação básica e superior, além de acesso à saúde, em virtude da concessão do benefício ser condicionada à manutenção das crianças e jovens na escola e obediência ao calendário de vacinação, comprovado por cartão distribuído e preenchido nos postos de saúde. Entretanto, segundo relato de proprietários rurais da região do Sertão de Crateús, no estado do Ceará, que se mostram contrários ao auxílio, o programa criou um paradoxo para muitos homens do campo, que apesar de desempregados, passam a ter uma garantia de renda fixa e têm se recusado a se submeter a trabalhos braçais disponíveis no campo, vivendo dos benefícios ofertados pelo governo e de alguns poucos “bicos”, reforçando o discurso do comodismo de críticos aos programas sociais de distribuição de renda. Este trabalho visa refletir sobre a situação social e econômica no campo, a partir de uma realidade objetiva, tomando como referência, a visão de trabalhadores rurais beneficiários de programas sociais, como o Bolsa Família e fazendeiros dos distritos de Santo Antônio dos Azevedos e Tecelão, ambos situados na micro região do Sertão de Crateús. A metodologia adotada se caracteriza pelo levantamento bibliográfico de produções relacionadas ao tema da seguridade social, políticas de transferência de renda e combate à fome e transformação socioeconômica do homem do campo decorrente de políticas públicas; pesquisa de campo, entrevista semi-estruturada com trabalhadores rurais e proprietários de terra na região dos Sertões de Crateús, na qual abordaremos suas impressões e perspectivas acerca da influência de programas sociais na oferta e demanda por trabalho no campo. Esperamos com este trabalho compreender as diferentes visões para a questão da oferta, demanda e condições de trabalho no campo, tomando como referência as realidades ímpares e antagônicas acerca da importância que atribuem a programas sociais de distribuição de renda para a construção dessa nova realidade socioeconômica no cotidiano tanto do homem do campo, que inclui o desde o proprietário rural às diversas comunidades camponesas.

Palavras-Chave: Homem do campo; Políticas de distribuição de renda; Empregabilidade

(83) 3322.3222

contato@conadis.com.br

www.conadis.com.br

INTRODUÇÃO

De acordo com a historiografia do Brasil, desde a sua descoberta e organização segundo os padrões europeus de “modernidade”, o então país era considerado uma terra grande e fértil, como era retratado pela carta de Pero Vaz de Caminha, mas em contrapartida, os seus povos eram tidos como ignorantes e selvagens, não sendo reconhecidos como cidadãos, dando início ao então preconceito com as etnias e uma segregação social, que logo mais passou a ser uma perseguição e tão logo o isolamento, começavam a surgir os primeiros resquícios de desigualdade social no Brasil, mas ela passa a ser de fato consolidada, com o implemento das capitanias hereditárias e os indultos e terras doados pelo rei de Portugal, a famílias de sua confiança.

Chegado o ano de 1888, em 13 de Maio, era abolida a escravidão negra no Brasil, dá-se um salto para a manutenção da qualidade de vida de uma população vivia na miséria, porém, o império brasileiro (1822 – 1889), não dispôs de uma política de manutenção e assistência à população negra que estava saindo diretamente da senzala e das fazendas onde eram submetidos ao trabalho escravo. Sendo assim, o negro ficou jogado a sua própria sorte, tendo os imigrantes tomado os seus lugares no mercado de trabalho, a população negra fixou-se em lugares de baixa condição de vida e moradia, assim nasceram as favelas, um dos maiores símbolos da desigualdade social no Brasil (KARNAL, 2014). Nas 5 regiões do Brasil, cada uma se acentua um aspecto diferente de desigualdade contendo elementos naturais e políticos propícios a seu favor, como a seca no Nordeste, as enchentes no Norte e Sudeste, além das disputas de terras no Centro-Oeste e a grande violência e luta contra o tráfico na Região Sul e demais metrópoles brasileiras.

O contexto da abolição da escravidão à população negra, é só um dos principais gatilhos para a forte desigualdade social no país. Colocando em análise a condição de vida da população sertaneja dos distritos de Santo Antônio dos Azevedos e Tecelão, nota-se que a desigualdade social é um agente ainda mais presente e decisivo para a vida dos habitantes, visto que as condições naturais do local, não favorecem a sua sobrevivência sem uma forma de trabalho por fins monetários. Configura-se no local, uma política de exploração do trabalho, visto que o empregador é quem dita o valor da mão de obra e tem poder para o fazer, uma vez que ele detém de uma espécie de “exército industrial de reserva” (MARX, 1867) prontamente dispostos a trabalhar.

O cenário político da pós segunda guerra mundial (1939 – 1945), era o de redistribuição de renda, uma vez que a burguesia capitalista, agora tinha que lidar com ideias socialistas, e essa ideologia poderia vir a causar uma revolta para a população mais pobre, criou-se então na Europa uma iniciativa aos programas de distribuição de renda. No Brasil, após o período militar (1964 - 1985) deu-se início ao período de redemocratização do país, conhecido como república nova (1985 – Atualmente) nesse período, deram início às chamadas políticas públicas de redistribuição de renda, iniciadas no governo de Fernando Henrique Cardoso (1995 -2003) e aprimoradas no governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003 – 2011), sendo este último, o responsável pela criação do programa Bolsa Família, “O PBF é um programa de transferência de renda condicionada que tem como objetivo atenuar a situação de pobreza das famílias, no curto prazo, com a imposição de condicionalidades nas áreas da educação, saúde e assistência social.” (MARTINS, 2017). O artigo 14 da lei nº 10.836 de 09 de Janeiro de 2004, configura e implementa o programa Bolsa Família tendo por fins, a contribuição para o combate à pobreza e à desigualdade no Brasil, até junho de 2018, o Programa já beneficiou mais de 46,6 milhões de famílias (Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS, 2004).

Desde a sua implementação, o programa bolsa família tem levantado diversas discussões sobre o seu uso, e sua real finalidade. Quando entrou em vigor, diversos partidos políticos se dividiram entre o apoio ao programa, como o PT, e boa parte foi contra, como PSDB sendo uma das principais críticas a ausência de uma ação trabalhista para assegurar o uso do programa. Mas saindo do viés político, no âmbito social, é notório a eficiência do programa e como ele tem contribuído para a diminuição da pobreza.

autores como Barros *et. Al.* (2006a, 2006b) analisam o impacto do BF sobre a redução da desigualdade de renda observada entre 2001 e 2005. Nesse período, o coeficiente de Gini da renda per capita familiar decresceu 4,5%. Desse total, metade da queda foi devida às mudanças observadas na distribuição da renda não trabalho. Dessas, as aposentadorias e pensões contribuíram com 26% para a queda, o Bolsa Família, com 12%, e o BPC, com 11%. O fator preponderante foi a expansão desses programas. Como o BF foi o que mais se expandiu localizadamente entre o mais pobres, esse parece ter sido o programa mais eficiente para a redução da desigualdade. (SOUZA, 2012, p.175).

As transformações causadas pela implementação do bolsa família na região dos sertões de Crateús, também não fugiram aos índices expostos por Barros *et. Al.* Entretanto, na dinâmica do trabalho no campo, surgiram questões e debates bastante significativos, segundo Cecchini (2013), os programas de transferências condicionadas acabam proporcionando uma maior

liquidez às famílias beneficiadas, fazendo com que estas sejam capazes de tomar melhores decisões com relação a condições dignas de trabalho e empregabilidade. Utilizando dessa afirmação, é possível dizer que a oferta e demanda de trabalho no campo, nos distritos de Santo Antônio dos Azevedos e Tecelão nos sertões de Crateús – CE, não sofreram transformações significativas no que tange à negação do homem do campo ao trabalho ofertado, porém, agora ele possuía o poder de escolha à oferta de trabalho, negando condições de trabalho escravo e explorador, além de agora garantir uma melhor condição de vida para os seus filhos.

O nosso objetivo é analisar e abordar sobre a temática da política de distribuição de renda no semiárido crateuense, através do programa Bolsa Família, respaldando os impactos que o projeto exerce sobre a dinâmica empregatícia do beneficiário, especificamente nos distritos de Santo Antônio dos Azevedos e Tecelão, a fim de expor a realidade da dinâmica da oferta de trabalho nos dois lugares.

METODOLOGIA

Buscando alcançar o propósito designado nessa pesquisa, coletamos informações e observamos de perto a realidade do beneficiário, com a finalidade de desmembrar o pensamento estabelecido como “comodismo” e dar um direcionamento em relação a execução do Programa. O início de nossa pesquisa utiliza-se de um levantamento de referências bibliográficas a cerca de um rápido esboço sobre o tema da desigualdade social no Brasil, especificando a finalidade que o programa Bolsa Família busca alcançar por meio do seu uso. Enfatizamos ainda que, o foco principal do nosso estudo, é sobre a dinâmica a oferta e demanda de trabalho para o homem do campo nos sertões de Crateús, especificamente nos distritos de Tecelão e Santo Antônio dos Azevedos.

Em seguida, buscamos por meio da pesquisa de campo, analisar a estrutura da região, como se dava a qualidade da terra para plantio e criação pecuarista, além de observar como se dava a distribuição de água no local. Conforme Laplantine (2004) é de suma importância a realização da pesquisa de campo para o levantamento confiável de informações, além disso, segundo Herskovits (1963), lidar diretamente com o povo com quem está estudando e fazendo um levantamento científico, é fundamental para a compreensão da sua dinâmica de vida e de suas tradições, visitar suas moradias e dialogar diretamente com a população local, a fim de obter um conhecimento de forma direta.

Utilizamos ainda, com o intuito de obter um melhor direcionamento às informações de

(83) 3322.3222

contato@conadis.com.br

www.conadis.com.br

que estávamos buscando, entrevistas semi estruturadas, perguntando diretamente ao trabalhador do campo, o que mudou na sua vida após receber o auxílio do programa. Além disso, buscamos por meio de perguntas, questionar se o dinheiro unicamente vindo do auxílio, seria o bastante para garantir a sobrevivência de sua família e também obter informações acerca da suposta repulsa das ofertas de trabalho a ele oferecidas, principal discurso de quem critica o programa. Aliado a isso, falamos também com o proprietário de terra que emprega a mão de obra agrícola nos distritos, a fim de saber qual o valor ofertado por dia trabalhado, e o que mudou na sua dinâmica empregatícia após a implementação do programa, buscamos também entender toda a dinâmica dos locais estudados, dando voz e vez a todos os cidadãos entrevistados e almejando sempre entender seus respectivos pontos de vista.

Em seguida, faremos um levantamento de todas as informações e dados coletados no decorrer de nossa pesquisa além de fazer uma análise qualitativa (MINAYO, 1992) do material, estabelecendo categorias de análise que nos permitam direcionar a uma resposta definitiva sobre o uso e funcionalidade do programa Bolsa Família, e registrar a atual situação da empregabilidade nos distritos de Santo Antônio dos Azevedos e Tecelão, nos sertões de Crateús.

DESENVOLVIMENTO

Com o implemento das políticas públicas de redistribuição de renda, a região dos sertões de Crateús passou por diversas transformações tanto no âmbito social, quanto econômico. É de grande importância enfatizar todas as mudanças que o programa ocasionou nos distritos de Santo Antônio dos Azevedos e Tecelão, uma primeira mudança significativa foi na diminuição do êxodo rural e a fixação do homem do campo na zona rural, pois antes do programa, os moradores necessitavam de buscar trabalho na zona urbana, devido a forte seca que se alastrava na região (MARTINS, 2017). Acrescenta-se também a disponibilidade e a presença materna na criação dos filhos da família, visto que, agora a mulher não precisava mais ter que contribuir com sua mão de obra no campo, agora passando a cuidar dos afazeres domésticos, por vezes na agricultura familiar de sua família e incentivando seus filhos à irem para a escola.

Trazendo para análise as condições de vida em que os moradores dos distritos estudados tinha anterior e posteriormente à inclusão do programa, é bastante significativo as mudanças que o Bolsa Família lhes ocasionou. De acordo com os dados coletados, antes do programa, a renda mensal de uma família que vivia apenas da agricultura familiar, era em torno de 100 reais

mensais dependendo da época e da dinâmica do clima, esse valor poderia aumentar e diminuir drasticamente (Centro Internacional de Políticas para o Crescimento Inclusivo (IPC-IG), 2017), vendo por essa linha de raciocínio é fácil deduzir o porquê da seca no Nordeste causar tantos danos e perdas no campo, por conta da dependência do homem do campo com o que ele produz na terra, ele se encontra em grande risco de sobrevivência além de que sua família tem em média de 5 pessoas para alimentar, o que lhe resta é oferecer sua mão de obra barata para o proprietário de terra que detém de um sistema de irrigação, e já tem a sua safra garantida além de possuir um sistema de silagem para alimentar sua criação.

Analisando o impacto que o programa ocasionou na economia do Brasil, Segundo SOUZA, (2012) “O valor dos gastos em benefícios no ano de 2009 foi de R\$18,7 bilhões, o que corresponde a 0,6% do PIB de 2009”, averiguando esse dado de 2009, da para perceber que o impacto causado pelo gasto com o programa não é significativamente danoso a economia brasileira, uma vez que atinge uma população mais pobre e essa por conseguinte, é responsável pela agricultura familiar, que produz 70% dos alimentos consumidos pelo povo brasileiro (Governo Federal, 2017).

Trazendo a discussão para o foco central da pesquisa, conforme os dados coletados de cerca de 30 famílias tanto do distrito de Santo Antônio dos Azevedos, quanto do Tecelão, nota-se uma assimilação bastante expressiva em ambas as respostas. Quando questionados se tinham disposição para trabalhar, 97% das respostas foram positivas ao uso da sua mão de obra para o trabalho, os 3% porém, foram os que detinham de alguma deficiência física ou de saúde, impossibilitando que estes pudessem trabalhar para colaborar com o sustento da família. Ademais, quando questionados se o bolsa família seria suficiente para ser a única fonte de renda da família, ou se a mesma dependia única e exclusivamente do auxílio 100% das respostas foram contrárias às indagações, pois, segundo relatado pelos agricultores beneficiários do programa, era economicamente impossível sobreviver e arcar com as despesas, tanto pessoais, quanto tributárias utilizando apenas o dinheiro do auxílio.

Após a pesquisa por parte dos beneficiários, dirigimos o foco para o proprietário de Terra que empregava a mão de obra do homem do campo. Quando questionados se eram a favor do programa bolsa família, 88% disseram ser a favor do programa, alegando que era um benefício que ajudava quem tinha necessidade, os demais 12% disseram que a ideologia do programa é boa, porém tem falhas que devem ser corrigidas, outros disseram que o programa deveria beneficiar a todas as famílias, não apenas as que se encontravam na linha da miséria e

(83) 3322.3222

contato@conadis.com.br

www.conadis.com.br

da pobreza. Além disso, quando questionados sobre quanto pagavam por dia trabalhado, 80% diziam que pagavam 40 reais, os demais 20% disseram que pagavam 60 reais, dependendo da tarefa exercida, e por fim, quando questionados se algum trabalhador já negou trabalhar para eles, por receber o benefício, 100% disseram que isso nunca chegou a acontecer e quando recebiam uma resposta negativa, era por conta do dinheiro ofertado pelo trabalho exercido.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O principal objetivo desse projeto é produzir uma pesquisa local e regional que possibilite o estudo e compreensão de como se dava a dinâmica de empregabilidade no cenário dos sertões de Crateús, respaldando a antítese empregador e empregado que se configura de forma dependente, porém irregular.

Com as informações adquiridas, pôde ser evidenciado o importante papel do programa Bolsa Família como importante agente modificador na dinâmica social no qual estava inserido, que é a população carente do campo. Com base nos relatos observados e analisados das pessoas entrevistadas, podemos constatar que existe uma grande aderência da população à função principal do Bolsa Família, que é de ajudar as famílias mais necessitadas, aliado a isso, diminuir o analfabetismo no Brasil, juntamente com a desigualdade social, a miséria e os índices de doenças e mortalidade infantil.

Com base ainda nos dados levantados, podemos observar que o programa não atrapalhou na demanda de trabalho nas localidades, sendo essa uma questão mais voltada à exploração de mão de obra barata e da dinâmica do clima na região, destacamos também que, é impossível que a família beneficiada sobreviva apenas com o valor do auxílio, visto que todos enfatizaram o fato de que o valor final do auxílio não chegava nem de perto ao valor do salário mínimo e com base na alta taxa de imposto do Brasil, o benefício não serviria nem para garantir a sua sobrevivência e sim seria apenas um auxílio significativo, porém não o suficiente.

REFERÊNCIAS

Apud, BARROS *et, Al*, André Portela Souza. **Políticas de distribuição de renda no Brasil e o Bolsa Família**. UFC, 2010.

Centro Internacional de Políticas para o Crescimento Inclusivo (IPC-IG), 2017

Governo Federal, **Cerca de 46,6 milhões de brasileiros são beneficiados pelo Bolsa Família.** disponível em: www.brasil.gov.br/noticias/cidadania-e-inclusao/2018/05/cerca-de-46-6-milhoes-de-brasileiros-sao-beneficiados-pelo-bolsa-familia. Acessado, 12,11, 2018.

HERSKOVITS, Melville Jean. **Antropologia cultural: o homem e seu trabalho.** São Paulo: Mestre Jou, 1963.

KARNAL, **Todos contra todos, o ódio nosso de cada dia.** Leia, 2017

LAPLANTINE, François. **A descrição etnográfica.** São Paulo: Terceira Margem. 2004.

Martins, **IMPACTOS DO PROGRAMA BOLSA FAMILIA NO MERCADO DE TRABALHO E NA RENDA DOS TRABALHADORES RURAIS.** Publicado Jan 16, 2017, Edição v. 28 n. 2 (2018) Revista - nova economia

MARX, **O Capital.** 1867

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento.** São Paulo/Rio de Janeiro: Hucitec/Abrasco, 1992.

Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS, **O que é o Bolsa família.** 2004

Souza, André Portela Fernandes de. **"Políticas de distribuição de renda no Brasil e o Bolsa-Família."** (2012).

Planalto, **Lei da implementação do Bolsa Família.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/110.836.htm, 2018.